



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

## “FEIRA DOS PROBLEMAS COM SOLUÇÕES BLOQUEADAS”

### Abertura da ação

Mário Nogueira

Secretário-Geral da FENPROF

- Estamos aqui para denunciar publicamente a falta de consideração e de respeito com que os professores têm sido tratados. Não é a ação de massas que pretendíamos inicialmente, porque decidimos reduzir a participação e cortar no desfile, respeitando desta forma as recomendações de segurança sanitária. Mas não anulámos a ação, pois se os professores continuam, e de forma exemplar, a trabalhar nas suas escolas, não faria sentido os seus representantes entrassem em confinamento. Estamos aqui, trouxemos os nossos certificados de vacinação, respeitamos as regras de segurança sanitária, mas **não deixamos que a Covid-19 seja trincheira em que se escondem os governantes para não resolverem os problemas dos professores.**

- Reconhecimento do trabalho dos professores, em pandemia e também fora dela, faz parte do discurso do poder político, o problema é **quando chega o momento de traduzir as palavras em ações concretas**, a inércia é aquilo a que temos assistido.

- Os professores são exímios cumpridores dos seus deveres profissionais, até muito para além do que estariam obrigados, mas, até por isso, têm **legitimidade reforçada para reclamar** respeito pela profissão, efetivação dos direitos socioprofissionais e melhoria das condições de trabalho.

- Estão aqui representados não todos, mas os **quatro aspetos em que o desrespeito mais se tem sentido**, em que a falta de respostas é mais evidente, quisemo-los destacar no espaço público, para que se saiba, para que a opinião pública, os pais e mães dos alunos, os portugueses em geral conheçam as condições em que os professores exercem a sua atividade profissional.

- São eles, **concursos**, com destaque para a precariedade e as injustiças nas colocações; **carreiras**, com destaque para o roubo de tempo de serviço, as vagas e as **ultrapassagens**; **condições de trabalho**, com destaque para os horários, entre outros aspetos; envelhecimento, que resulta do agravamento dos requisitos para aposentação ou da não aplicação da pré-reforma, a par de políticas que afastam cada vez mais os jovens.

- Não é por falta de propostas que o ME não negocia, pois já por 4 vezes, nos últimos dois anos, **apresentámos propostas concretas** sobre estas 4 matérias; é por falta de vontade política do governo e falta de investimento na Educação e nos seus recursos, incluindo os humanos.

- Aliás, tirando os primeiros dois anos em que o atual ministro esteve no governo, nos quais se resolveram alguns problemas – fim das BCE e da PACC, reposição dos salários na íntegra ou descongelamento das carreiras – **nos últimos 4 anos o diálogo consequente, isto**

**é, de que resultassem processos negociais e soluções para os problemas, apagou-se.** É por isso que assinalamos esses 4 anos com as velas apagadas. Foi-se a chama e ficaram as trevas que, inclusivamente, ameaçam a democracia, pois não há democracia sem diálogo social e tanto este como a negociação coletiva há muito que não existem.

- Foi agora marcada uma **reunião, para dia 30, às 9:30**, uma vez mais sem a presença do ministro, destinada a discutir a revisão do regime de seleção e mobilidade dos professores. Nada que não interessasse aos professores, claro, mas sabemos ao que vamos e não vamos ao engano, alertando, desde já, que a FENPROF não separa seleção de recrutamento e que ambos terão de corresponder a processos transparentes, objetivos e concursais.

- Ouvimos as declarações do SEAE no sentido de as **escolas poderem escolher os seus professores**; ouvimos o que dizem alguns diretores, que aplaudem essa possibilidade; ouvimos o resultado de um estudo promovido pela fundação Belmiro de Azevedo e apresentado por três ex-ministros num colégio privado: os alunos ganham se tiverem melhores professores.

- Aquela é uma afirmação com que concordamos, agora a questão é saber como se garantem melhores professores nas escolas e, em nossa opinião, não é pondo os diretores a escolher os “seus” professores, como alguns gostam de dizer. Sabemos como daria jeito a muitos que o emprego, a carreira e a vida dos professores dependesse de si e ainda ninguém se esqueceu do que foram as BCE, mas, fique claro, a **FENPROF rejeita esse caminho e repudia esse tipo de propostas, às quais dará combate se surgirem.**

- **Melhores professores conseguem-se** com melhor formação inicial, com estabilidade de emprego e profissional, com uma carreira valorizada, com direitos respeitados, com boas condições de trabalho, menos alunos nas turmas, por exemplo, menos burocracia e com horários de trabalho que não ultrapassem os limites que a lei estabelece, mas para isso é necessária vontade política por parte dos decisores, desde logo os governantes, e estes, como os seus representantes nas escolas, preferem a submissão e a dependência, porque fica mais barato e faz com que se sintam mais poderosos. Não contem com a FENPROF para esse peditório.

- Nem para esse nem para outros que estão aí, como o da **municipalização**, preste a generalizar-se dentro de alguns meses, ou o do atual regime de **gestão** das escolas que não respeita os mais elementares requisitos que lhe garantiriam democraticidade, só para dar dois exemplos.

- Também em outros planos, a Educação, as escolas e os **alunos, principalmente, precisam de muito mais do que palavras** aparentemente bem intencionadas, mas que, espremidas deitam pouco ou nenhum sumo.

- Já tínhamos alguns exemplos, como era o caso da **educação inclusiva** que patina por falta de recursos e veremos a que velocidade andarão as prioridades – parcas, esclareça-se – que o chamado Plano de Recuperação e Resiliência (**PRR**) define para a educação.

- Temos agora o vulgarmente conhecido plano de recuperação de aprendizagens, oficialmente chamado de **Plano Escola+ 21/23**. Nada do que ali se refere se contesta, mas o que fica sem se saber, embora se adivinhe, é se as escolas, entendendo que as turmas deverão ter dimensão mais reduzida as poderão reduzir; se, precisando de mais professores para apoios, coadjuvações e outras respostas, os podem contratar; se, necessitando de reforçar as equipas multidisciplinares ou o número de assistentes operacionais, podem concretizar essas decisões; se, tendo turmas do 1.º ciclo com vários anos de escolaridade, as podem dividir; se, sendo necessário organizar os horários de trabalho de acordo com o disposto na lei, poderão reforçar o número de docentes que são necessários às escolas. As respostas penso que todos

as antecipamos: é aos professores que se exigirá mais na atividade direta com os alunos, será a eles que se imporá a participação em mais formações que acumularão a outras formações, serão eles os convocados para mais reuniões em horas que deveriam ser suas.

- **É preciso dar resposta aos problemas**, é preciso atrair jovens para a profissão, blindando-a de curiosos não qualificados que já vão pululando por salas de aula de algumas escolas, é preciso dialogar e negociar para que se encontrem soluções, é preciso que o Ministério da Educação compreenda que concursos, contratação, carreira, horário e condições de trabalho, aposentação e outros aspetos são objeto de negociação coletiva e que esta, nos termos da lei, só tem duas partes: a entidade empregadora, neste caso pública, e os representantes dos trabalhadores que são os seus sindicatos.

- Não pode o Ministério da Educação fingir que esquecer-se que, naquilo que à negociação coletiva diz respeito, **os sindicatos não podem ser substituídos** por associações de diretores, confederações de pais, ex-ministros ou comentadores políticos de domingo à noite ou de qualquer outro dia da semana. Por muito jeito que desse ao governo, nem a lei o permite, nem a FENPROF delegou a sua representação.

- É evidente que **satisfaz os professores, como qualquer trabalhador, ouvir palavras de reconhecimento** pelo seu seu trabalho; mas atenção, palavras que não se traduzam em atos e em respeito e efetivação dos direitos, soarão sempre a oco, quando muito, com recheio de hipocrisia.

- **Estamos aqui hoje para nos fazermos ouvir**: pela população, pela comunicação social, pelos decisores políticos. Convidámos, por isso, todos os grupos parlamentares e alguns aceitaram o nosso convite e estão ou estarão aqui connosco ao longo desta ação (citá-los). Agradecemos a presença e pediremos que deste palco se dirijam aos professores

- Terminando lembrando que **estamos no mês de junho**, no mês dos Santos Populares, pelo que quisemos, com música, associar a nossa ação de hoje a esta quadra tão portuguesa e às marchas populares que, tal como o diálogo social, estão suspensas. A diferença é que aquelas foram suspensas por razões de segurança sanitária; a suspensão do diálogo social teve na origem razões de natureza política: a valorização dos professores, o respeito pelos seus direitos e a melhoria das suas condições de trabalho não têm sido prioridade para o atual governo, como não eram para anteriores. Se a pandemia se combate com medidas de segurança sanitária, o bloqueio negocial combate-se com luta e será a luta dos professores que hoje, como no passado, determinará a resolução dos problemas que os afetam

- Já de seguida daremos a palavra aos representantes dos grupos parlamentares presentes e a seguir teremos um conjunto de quatro sketches sobre concursos, carreira, condições de trabalho e aposentação. No final, simbolicamente, derrubaremos o Muro do Bloqueio, sendo essa a principal obrigação dos professores e educadores não no plano simbólico, mas no real. Nesse sentido, esta é apenas mais uma iniciativa entre outras que, ainda este ano e no próximo, levaremos por diante, começando já a trabalhar para que, mais uma vez, este ano, o **Dia Mundial do Professor, a manter-se ou agravar-se a situação que vivemos, seja um enorme dia de afirmação da Profissão de Professor.**

Lisboa, 25 de junho de 2021